



OPERAÇÃO CONTENÇÃO

Guerra no Rio vira bate-boca político

Esquerda e direita trocam acusações sobre segurança pública, após a megaoperação que deixou 121 mortos, e buscam protagonismo no debate. Na avaliação de especialistas, politização do tema pode prejudicar avanço de projetos para conter violência urbana

» VINICIUS DORIA
» WAL LIMA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O apoio imediato de governadores de direita ao cole-ga do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), após a operação policial na capital fluminese que deixou mais de 120 mortos, não disfarçou o interesse eleitoral em relação à segurança pública. E mostra que a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva não encontrará um ambiente receptivo para tocar as propostas de modernização legal e institucional das políticas de segurança pública do país. Ao contrário, depois da megaoperação, direita e esquerda passaram a buscar a liderança desse debate. Ontem, ministros do Executivo rebateram as críticas dos governadores e os acusaram de fazer da crise um palanque eleitoral.

A politização do debate pode prejudicar o avanço de projetos que, no entendimento de especialistas na questão da violência urbana, são fundamentais para a criação de um sistema que integre as ações dos estados com a estrutura do governo federal. O principal é a chamada PEC da Segurança, que tramita no Congresso. A proposta visa incluir o Sistema Unificado de Segurança Pública (Susp) na Constituição, assegurando uma estrutura legal definitiva. Para o governo, medida fundamental no sentido de integrar o trabalho das forças de segurança estaduais e municipais às forças federais.

Após a reunião de Castro com os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo); de Goiás, Ronaldo Caiado (UB); de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (Progressistas); e Jorginho Melo (SC); e da vice-governadora do DF, Celi-na Leão (Progressistas), além de Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo, na noite de quinta-feira, no Palácio Guanabara, o tom das críticas ao governo federal foi elevado a ponto de não se disfarçar o interesse no voto do eleitor no ano que vem. Ao anunciar a criação de um "consórcio da paz" entre os estados, os governantes deixaram subentendido que o governo federal não será incluído. E tentaram puxar para o lado da direita o papel de coordenar a integração das forças policiais dos estados, uma medida apontada como fundamental pelos estudiosos do problema da violência urbana e do avanço do crime organizado.

Ao fim da reunião, Ronaldo Caiado e Romeu Zema, ambos pré-candidatos à Presidência da República em 2026, não pouparam o governo Lula de críticas. O tom foi de confronto e de resgate do "nós contra eles", com apoio ao discurso de Castro de que o Rio de Janeiro não recebeu atenção das áreas federais que cuidam de segurança. "O desinteresse (do governo federal) é total em dar apoio ao Rio de Janeiro. E não interessa essa pauta a eles, porque eles são complacentes (com o crime)", frisou Ronaldo Caiado.

Ministros do governo reagiram à ofensiva dos governadores. O titular da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, chamou a iniciativa anunciada pelos gestores de "consórcio antipatriótico".

"Governadores de extrema-direita se reuniram para atacar o governo federal e defender a posição de (Donald) Trump, que qualifica o narcotráfico como terrorismo. Não é uma definição ingênua: é a base retórica que os EUA têm usado para justificar intervenção armada na América Latina", disparou, no X. Na avaliação dele, os governadores



Governadores de extrema-direita se reuniram para atacar o governo federal e defender a posição de (Donald) Trump, que qualifica o narcotráfico como terrorismo. Não é uma definição ingênua: é a base retórica que os EUA têm usado para justificar intervenção armada na América Latina"

Guilherme Boulos, ministro da Secretaria-Geral da Presidência



O desinteresse (do governo federal) é total em dar apoio ao Rio de Janeiro. E não interessa essa pauta a eles, porque eles são complacentes (com o crime)"

Ronaldo Caiado, governador de Goiás

têm o intuito de "usar a crise do Rio de Janeiro para fazer demagogia eleitoral".

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, também criticou. Ela disse que o grupo de governadores "investe na divisão política". "Segurança pública é uma questão muito importante, que não pode ser tratada com leviandade e objetivos eleitorais. Combater o crime exige inteligência, planejamento e soma de esforços", ressaltou no X.

O professor da Universidade de Brasília e especialista em segurança pública Antônio Flávio Testa resalta que "o pacto federativo atribui a segurança aos estados, aos governadores". "Só que a maior parte do recursos vem do governo federal. Mas nunca houve nenhum governo federal com interesse em administrar um plano estratégico de integração nacional. O discurso só vem quando acontece uma tragédia", afirma. Ele não tem dúvida de que esse será um dos assuntos mais explorados pelos candidatos nas próximas eleições.

A pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Jacqueline Muniz concorda com a necessidade de uma repactuação federativa para a área da segurança pública, com a readequação dos papéis das instituições e das corporações no combate à violência. Mas critica a atual PEC da Segurança, por não mexer no que ela chama de "monopólio do poder de polícia", referindo-se às corporações estaduais, com grande poder de pressão sobre os governadores. "Você não pode ter na Constituição o monopólio das polícias. O que você põe na Constituição é a competência dos entes federados. Aqui, são as polícias que comandam os governantes."

Protestos no Rio, em São Paulo e Brasília

Pablo Porciuncula/AFP



Paulo Pinto/Agência Brasil



Minervino Júnior/CB



Moradores do Complexo da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, protestaram, ontem, contra a megaoperação policial nas duas comunidades. O ato ocorreu horas depois de a cúpula da segurança pública do estado divulgar que 99 dos 117 mortos foram identificados. A comunidade aponta que a ação foi uma chacina nunca antes vista na história. Por volta das 15h15, os manifestantes estavam concentrados na Vila Cruzeiro. Protestos contra o governo de Cláudio Castro e a polícia ocorreram em

outras cidades, como São Paulo, onde manifestantes se concentraram na Avenida Paulista (segunda foto), e em Brasília. Na capital da República, o ato ocorreu em frente ao Museu da República. Os manifestantes foram vestidos com camisa branca, seguravam uma vela acesa e, em coro, pediram o fim das polícias militares. Havia, também, faixas com os dizeres "Não foi operação, foi chacina" e "Chega de chacina, pela vida do povo negro". O protesto foi comandado pela Coalizão Negra por Direitos.

GDF vai enviar apoio

» RAPHAELA PEIXOTO

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, aceitou o apoio oferecido pelo Distrito Federal para fortalecer as ações de segurança pública no estado, conforme afirmou a vice-governadora do Distrito Federal, Celi-na Leão, ao **Correio**.

Segundo Celina, embora a ajuda tenha sido aceita, o detalhamento sobre como será implementada ainda está em processo de definição, responsabilidade, que, segundo destacou, caberá ao secretários de segurança pública de ambos os entes.

A ajuda foi oferecida pelo governador Ibaneis Rocha, na quarta-feira, em telefonema entre os dois gestores, um dia depois da Operação Contenção, que culminou na morte de 121 pessoas — a ação policial mais letal da história do país. Na ocasião, Ibaneis colocou a inteligência da polícia do DF à disposição para ajudar as equipes de segurança pública do estado.

Segundo Celina, que esteve em uma reunião na capital fluminense na quinta-feira com Castro e outros governadores, a aceitação da ajuda ocorreu no contexto da intenção de Castro de realizar outras operações nas comunidades.

"Ele (Castro) disse que precisará, sim, principalmente das polícias especializadas, porque ele diz que continuará com serviço de inteligência para fazer as desocupações, principalmente de desarmamento, sobretudo de fuzis, dentro das comunidades. Esse é o foco principal dele, e nós estamos dispostos também a colaborar", ressaltou.

A pré-candidata ao GDF ainda informou que há um planejamento de uma segunda reunião com governadores para a próxima semana. O objetivo principal do encontro é discutir a segurança pública e apresentar uma minuta detalhada da proposta do Consórcio da Paz.

» Nas redes, apoio à megaoperação

Levantamento da AP Exata mostra que a percepção dos brasileiros nas redes sociais sobre a megaoperação contra o Comando Vermelho (CV), realizada na terça-feira, mudou ao longo da semana. Até quarta-feira, a maioria dos internautas reprovava a ação policial. A partir daí, porém, o sentimento nas redes se inverteu, e a maioria passou a aprovar a operação. Segundo o estudo, 58,2% dos usuários aprovam a megaoperação e 41,8% a reprovam. Os dados se referem à percepção nas redes até esta sexta-feira. Na versão anterior do levantamento, divulgada dois dias antes, o cenário era o oposto: 53,2% criticavam a ação e 46,8% a apoiavam. A AP Exata analisou 220 mil menções sobre o tema no X e no Instagram entre 28 e 31 de outubro.